

O privilégio do Sistema da Dívida no Orçamento Federal pago em 2025 e o Raio-X das emendas parlamentares **WEB**

Sem justificativa que se sustente sob qualquer aspecto econômico, científico ou técnico, desde junho de 2025, o Banco Central tem mantido essa taxa em abusivos 15% ao ano

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 26 de janeiro de 2026



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O ano de 2025 foi um ano marcado pela explosão dos juros no Brasil: iniciamos o ano com a taxa básica de juros Selic no elevadíssimo patamar de 12,25% ao ano, e, sem justificativa que se sustente sob qualquer aspecto econômico, científico ou técnico, desde junho de 2025, o Banco Central tem mantido essa taxa em abusivos 15% ao ano.

Haverá reunião da diretoria do Banco Central para decidir sobre essa taxa neste final de janeiro de 2026, dias 27 e 28, e os mesmos analistas de mercado sempre ouvidos pela grande mídia já indicam que a Selic ficará nesse patamar de 15% ao ano, mais uma vez, apenas para atender às “expectativas do mercado” e sem qualquer base técnica ou científica.

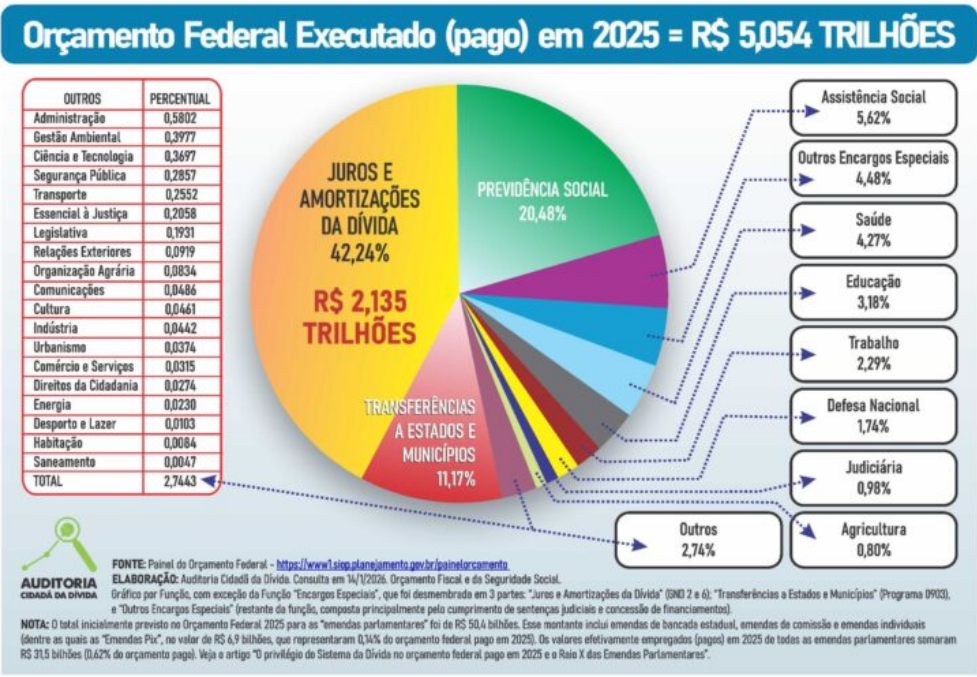
Os juros altos afetam negativamente todo o funcionamento da economia brasileira, prejudicando tanto as famílias e empresas, como as contas públicas, tornando o Brasil o maior pagador de juros do mundo, enquanto faltam recursos para áreas sociais estratégicas. Segundo o último dado divulgado pelo [Banco Central](#), a cada 1% de elevação da Selic, o impacto nos juros da dívida é de R\$ 61,7 bilhões a mais por ano! Aí é que está o rombo das contas públicas!

Batemos outro recorde histórico de arrecadação tributária em 2025, no entanto, diante do teto imposto pelo arcabouço fiscal para os investimentos sociais e estrutura de Estado, todo esse esforço arrecadatório acabou sendo destinado aos elevados gastos financeiros com o [Sistema da Dívida](#), uma dívida pública que não possui nenhuma contrapartida em investimentos no Brasil, como já declarou o [Tribunal de Contas da União](#).

Apesar da evidência de que o desequilíbrio das contas públicas brasileiras está no que denominamos Sistema da Dívida, os mesmos analistas de mercado sempre ouvidos pela grande mídia nunca enfrentam esse verdadeiro problema, e expressam recomendação unânime no sentido de que seria necessário cortar ainda mais os investimentos sociais,

cortar na estrutura do Estado mediante uma chamada Reforma Administrativa (PEC 38), privatizar mais ainda; tudo para que sobre ainda mais dinheiro para o Sistema da Dívida.

O gráfico do Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 escancara o peso dos gastos com os juros e amortizações do Sistema da Dívida:



Fonte: Painel do Orçamento Federal

O gasto com essa chamada dívida sem contrapartida consumiu mais de R\$ 2 trilhões em 2025, ou 42,24% dos recursos do orçamento federal, sendo que a maior parte desse gasto corresponde aos juros nominais.

Enquanto isso, a área vital da Saúde ficou com cerca de um décimo (1/10) do que o Sistema da Dívida consumiu; a Educação ficou com menos ainda, apenas 3,18%, e a Gestão Ambiental, em ano de COP 30, míseros 0,39%, menos de um centésimo do que o gasto estéril com a dívida levou.

É incontestável a centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que atua no Brasil, pois **esse sistema tem sido a justificativa para todas as privatizações** de patrimônio estratégico e lucrativo; todas as **contrarreformas** (como as da Previdência e a Administrativa), **e está por trás do arcabouço fiscal** (que existe para limitar a destinação de recursos para todas as demais pastas orçamentárias, apesar do significativo recorde de arrecadação tributária, para que sobre mais dinheiro para os juros da dívida).

Muito se comenta atualmente sobre o imenso volume de recursos que tem sido consumido por emendas parlamentares. De fato, esse volume tem crescido de forma exponencial nos últimos anos.

Para o ano de 2025, chegou a ser autorizado o montante de R\$ 50,4 bilhões para as emendas parlamentares no Orçamento Federal 2025. Esse montante inclui os vários tipos de emendas parlamentares: emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais.

Parte das emendas individuais compreendem aquelas emendas que passaram a ser chamadas de “Emendas Pix”, de baixíssima transparência, embora tenham atingido o valor de R\$ 6,9 bilhões, o que representa 0,14% do orçamento federal pago em 2025. Esse percentual é superior ao valor anual gasto em cada uma das seguintes áreas relevantes, que receberam percentual bem inferior ao destinado às emendas parlamentares, conforme pode ser visualizado no gráfico acima: Relações Exteriores, Organização Agrária, Comunicações, Cultura, Indústria, Urbanismo, Comércio e Serviços, Direitos de Cidadania, Energia, Desporto e Lazer, Habitação e Saneamento.

O valor efetivamente pago em 2025, considerando-se todos os tipos de emendas parlamentares, somou R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago), e, conforme dados divulgados pelo [Painel do Orçamento Federal](#), foi empregado nas seguintes áreas e o respectivo valor se encontra somado a essas áreas no gráfico acima.

Portanto, o valor das emendas parlamentares que foram efetivamente empregadas (pagas) no ano de 2025 fazem parte do orçamento total, estão incluídas no gráfico, cada uma em sua função (área social) respectiva, excetuando-se as chamadas “Emendas Pix”, que além de possuírem pouca transparência, são os estados e municípios que decidem onde destiná-las.

O orçamento federal aprovado para 2026 reserva o valor de R\$ 61 bilhões para as emendas parlamentares.

Conclusão

A cada ano, fica mais e mais evidente que o rombo das contas públicas está instalado no Sistema da Dívida, sem contrapartida em investimentos e sem auditoria, representando um dos mais indecentes mecanismos de transferência de renda da sociedade para o rentismo, dominado principalmente pelo mercado financeiro nacional e internacional. Esse sistema precisa ser enfrentado por uma auditoria integral, a ser realizada com participação social, como há anos vem convocando a Auditoria Cidadã da Dívida, oferecendo curso a distância e inúmeros materiais para que a sociedade, que está pagando a conta do Sistema da Dívida, exerça a cidadania de forma plena, acompanhando de perto as contas públicas e exigindo transparência e correta aplicação dos recursos. #AuditoriaJÁ

[Maria Lucia Fattorelli](#) é coordenadora Nacional da [Auditoria Cidadã da Dívida](#), membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB (CBJP). Escreve mensalmente para o Extra Classe.